

CASE FICTÍCIO DE SUCESSO PARA FINS DE TESTE DE CADASTRO NA
PLATAFORMA “FAROL FAZENDÁRIO”

REFERÊNCIA DOCUMENTAL

ELABORADO POR: MARCONI BRASIL, COM APOIO DO GOGLE GEMINI

DATA: 04/02/2026

MINUTA PADRÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ANALYTICS FISCAL

PROJETO: Fisco Ágil – Inteligência de Dados e Malha Digital **VERSÃO:** 1.0 (Para Replicabilidade) **TIPO:** Anexo Técnico / Termo de Referência (TdR)

1. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Prestação de serviço especializado em plataforma de Big Data e Analytics, visando a ingestão, tratamento e cruzamento de documentos fiscais eletrônicos para o incremento da arrecadação e combate à evasão fiscal, com foco na conformidade tributária.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PERFORMANCE (PROVA DE CONCEITO - PoC)

A licitante vencedora deverá comprovar a eficácia da ferramenta antes da assinatura do contrato, atendendo aos seguintes critérios:

- Volume de Processamento:** Capacidade de processar 1.000.000 de XMLs (NF-e/EFD) em até 120 minutos.
- Detecção de Inconsistências:** Identificação automática de divergências de alíquotas, omissão de saídas e créditos indevidos de empresas inidôneas.
- Interoperabilidade:** Capacidade de integração via API com os sistemas legados da Secretaria da Fazenda.

3. SEGURANÇA JURÍDICA E PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD/CTN)

A execução dos serviços deverá observar rigorosamente o **Sigilo Fiscal (Art. 198 do CTN)** e a **LGPD (Lei 13.709/18)**:

- **Princípio da Finalidade:** Dados fiscais e pessoais serão tratados exclusivamente para o exercício das competências legais da Administração Tributária.
- **Soberania dos Dados:** É vedada a retenção de cópias ou o uso comercial dos dados pela CONTRATADA. Todo o conhecimento derivado (algoritmos e regras de negócio) deve ser transferido ao Estado.
- **Rastreabilidade:** Logs detalhados de acesso por usuário via certificado digital (e-CPF/e-CNPJ).

4. GESTÃO DE RISCOS E LIMITAÇÕES

Para a implementação deste modelo, o gestor deve considerar:

1. **Vendor Lock-in:** Exigir que as regras de fiscalização sejam auditáveis e não fiquem restritas ao código proprietário da empresa.
2. **Qualidade da Base:** A eficácia da ferramenta é diretamente proporcional à higienização prévia das bases de dados estaduais (GIGO).
3. **Transparência:** Priorizar malhas de autorregularização para reduzir o risco de judicialização por falta de clareza no lançamento automático.

5. RECOMENDAÇÕES PARA REPLICABILIDADE

- **Adaptação:** Ajustar as cláusulas de penalidade (SLA) à realidade da infraestrutura de rede local.
- **Gradualismo:** Iniciar a implementação por tributos de menor complexidade (ex: ITCD ou IPVA) antes de avançar para o ICMS.
- **Engajamento:** Formar um grupo de trabalho misto (Auditores Fiscais e Equipe de TI) para acompanhar o desenvolvimento da solução.